

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



A GUERRA

VOLUME 30, 2009

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CHAVES DA BAHIA: PREVENÇÕES MILITARES PARA A FORTIFICAÇÃO DE SALVADOR, 1685-1700

Eram duas horas da madrugada de domingo para segunda feira, dia 10 de dezembro de 1685. Um estranho eclipse da Lua intrigou os observadores no hemisfério sul. Nos céus do Brasil, a lua se escondeu por quase duas horas, "tão abrasada que inculcava ter recolhido no seu côncavo ou na sua circunferência toda a região do fogo", lembrou anos depois Sebastião da Rocha Pita. Na ocasião, o jesuíta Valentim Estancel, matemático e astrólogo, removeu seus conhecimentos*⁽¹⁾. Como se sabe, para a astrologia o eclipse prenunciava calamidades. A partir da crença de que um eclipse era provocado por um dragão que devorava os corpos celestes e que os vomitava em seguida, a interpretação dos presságios vinha da forma como se manifestava o fenômeno - como se dava o banquete do monstro celeste. Meses antes, um eclipse do sol se apresentou como uma névoa, que foi logo chamada de aranha do sol pelo jesuíta. Observado de Pernambuco, onde se encontrava Estancel, era possível prognosticar que grandes males assolariam o Brasil. Da mesma forma que os cometas, imaginava-se também que estes

* Universidade de São Paulo, Brasil.

⁽¹⁾ Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*, Salvador, 1940, vol. 2, p. 138. Sobre Valentim Estancel, veja Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa / Rio de Janeiro, vol. 8, pp. 208-212. O eclipse ocorreu no dia 10, segundo o catálogo dos eclipses lunares da NASA, veja <http://sunearth.gsfc.nasa.gov/eclipse/LEcat/LE1601-1700.html>.

fenômenos podiam contaminar a esfera do ar, trazendo gazes corruptos capazes de infeccionar as populações com doenças e desgraças.

Com efeito, em abril de 1686, uma doença, que trazia "um fervor de sangue e se se lhe não acudia imediatamente se corrompia e matava em breves dias", assolou a capital do Brasil, atingindo, segundo a opinião alarmada do governador, marquês das Minas, "mais de 25 mil pessoas". Em Salvador o número de mortos chegaria a 900⁽²⁾. Em Pernambuco, a peste teria matado mais de três mil pessoas somente no primeiro semestre de 1687. Era imputada, segundo o autor de uma carta anônima, ao pontilhão que ligava a cidade à terra firme feito por ordem da câmara de Olinda, no ano de 1683⁽³⁾.

O médico João Ferreira da Rosa, em seu *Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco* (Lisboa, 1694), acreditava que a mais provável causa da epidemia eram algumas barricas de carne putrificada que restavam da torna-viagem de um navio vindo de São Tomé. Consta que

⁽²⁾ Por conta dessa peste (na verdade, febre amarela), os oficiais da câmara de Salvador, em 20 de julho, pediam permissão para erigir Francisco Xavier padroeiro, com procissão todo os anos no dia 10 de Maio. "Carta do marquês das Minas", 7.7.1686, in *Documentos Históricos*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vol. 89, pp. 54-57. Veja também Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, *ob. cit.*, vol. 2, pp. 239-244.

⁽³⁾ Apesar de um engenheiro haver esclarecido que era necessária uma ponte de arcos, para que pudessem passar as águas do rio Beberibe e mesmo das marés, e que permitisse o trânsito das canoas, resolveu-se por uma "muralha com alguns canos para a vazão do rio, e como aqueles não bastassem para este fim, alagou o rio todas as campinas e várzeas da terra firme". As águas, nestes pântanos, ficaram corruptas e desde logo que a doença se manifestou foi apontada como a causa pelos médicos locais. Carta anônima, 03.06.1687, Arquivo Histórico Ultramarino, avulsos, Pernambuco, caixa 10. Uma representação deste pontilhão pode ser vista em um ex-voto de 1729, na pinacoteca do Convento de Santo Antônio de Igarassu. Ao pé da imagem podemos ler: "Um dos especiais favores que tem recebido essa freguesia de Igarassu de seus padroeiros S. Cosme e S. Damião, foi o defenderem-na da peste, a que chamaram [os] males que infestaram a todo Pernambuco, e duraram muitos anos, começando no de 1685, e ainda que passaram a Goiana e a outras freguesias adiante, só a toda esta de Igarassu deixaram intacta, por que sabem [que] 2 ou 3 pessoas os trouxeram do Reino, nelas se findaram sem passar a outra, o que tudo é notório. E para a memória se pôs este quadro no ano de 1729 e o deu de esmola. Manuel Ferreira de Carvalho". Ex-voto pertencente à igreja de São Cosme e Damião (1729) / Museu de Igarassu, Igarassu.

um tanoeiro do Recife, quando abriu uma delas, morreu imediatamente, e logo em seguida algumas pessoas de sua família, "estendendo-se o mal com tamanha rapidez que em poucos dias pereceram mais de duas mil pessoas".⁽⁴⁾ Chamada de "bicha" em razão de uma autópsia realizada por um entendido em cirurgia, Antônio Brebon, que identificara em um cadáver algumas lombrigas ou "bichas" e sugerira que fossem a causa dos males, na verdade tratava-se do primeiro surto de febre amarela, originada da Ásia e provavelmente transportada das Antilhas, onde eclodira em 1648-49⁽⁵⁾. Na capital, faleceram muitos moradores e, entre estes, alguns mais graúdos como seis desembargadores, doze jesuítas e cinco oficiais de milícia, sem contar o arcebispo,

⁽⁴⁾ A versão desta história corria na época. Foi resgatada como um dos exemplos do "Tormento do fedor do inferno", dentre aqueles destinados aos pecadores no controverso livro de Alexandre Perier. "No ano de 1686, chegou da costa da África, que chamamos de Guine, ou Mina, um navio a Pernambuco, que, encontrando-se no mar com um patacho holandês, recebeu dele uns barris de carnes de Holanda, que deviam de ser já de alguns anos; porque abrindo-se depois um destes barris no Porto do Recife, foi tal o fedor pestilencial, que exalou, que no mesmo instante, que o abri caiu morto logo e os circunstantes dali a algumas horas; depois estes fétidos vapores foram dilatando-se aos poucos e infeccionaram os ares; e deste modo se formou a peste em Pernambuco com tanta força, que já não havia quem enterrasse os infectos do contágio. Nem parou aqui a exorbitância deste fedor; porque, continuando a corrupção dos ares, passou à Bahia, aonde fez um total estrago da melhor gente assim naturais como Europeus; e correndo as mais cidades e lugares, infeccionou toda a costa do Brasil, não perdoando nem a sexo, nem condição de pessoas e assolou a todos com igual exterminio". Cf. Alexandre Perier, *Desengano dos Peccadores, necessário a todo genero de pessoas...*, Lisboa, Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1735, pp. 84-85.

⁽⁵⁾ Lycurgo de Castro Santos Filho, *História Geral da Medicina Brasileira*, São Paulo, 1991, vol. 1, pp. 171; Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, *ob. cit.*, vol. 2, p. 138 e documentos anexos, pp. 239-242. Sobre as doenças e a mortalidade na colônia, veja Luiz Felipe de Alencastro, "Peste e mortandades na formação do mercado de trabalho brasileiro", in Antônio Risério (org.), *Invenção do Brasil*, Salvador, MADE, 1997, pp. 33-38; e Francisco Guerra, "Medicine in Dutch Brazil, 1624-1654", in E. van den Boogart (ed.), *A Humanist Prince in Europe and Brazil*, The Hague, Johan Maurits Stichting, 1979, pp. 472-493.

dom fr. João Madre de Deus (13.06) e o filho primogênito do governador, dom Francisco de Sousa, o conde do Prado⁽⁶⁾.

Em 4 de junho de 1687, o novo governador, Matias da Cunha, tomava posse na câmara de Salvador. O arcebispo, frei Manuel da Ressurreição, chegara um pouco antes, em 14 de maio. Recomposto o comando do Brasil, a epidemia recrudescia. Há uma clara influência de fatores abióticos como o clima, o regime das águas, na dispersão e sazonalidade do inseto vetor da febre amarela. O ano seria marcado pelo levante dos índios janduís, no Rio Grande, capitania anexa à de Pernambuco, mas cuja segurança era partilhada pelo governo geral, ainda mais quando os esforços enviados pela tropa regular e pelas ordenanças locais não conseguiam debelar a verdadeira "insurreição" indígena. Desencadeada em fevereiro de 1687, a rebelião dos guerreiros janduís ganhava aos poucos maior envergadura. Em janeiro de 1688, chegavam notícias que os tapuias eram senhores de todo o sertão das capitanias do Norte, assaltando os colonos que se refugiaram em algumas casas-fortes, despovoando a capitania do Rio Grande⁽⁷⁾. No desespero, a câmara de Natal havia enviado seu procurador à Bahia para pedir ajuda ao governo-geral⁽⁸⁾. O socorro veio, em diversas expedições, inicialmente de tropas regulares e, por fim, de mercenários paulistas contratados⁽⁹⁾.

Ameaçado pelos indígenas no Norte e pelos Palmares no sertão de Pernambuco, o governo do Brasil via-se, também, em grandes dificuldades financeiras. O período posterior à expulsão dos holandeses do Nordeste, em 1654, havia sido extremamente difícil para a economia açucareira no

⁽⁶⁾ Como tributo pelo fim da epidemia, foi escolhido padroeiro da cidade o mártir jesuíta, São Francisco Xavier. Affonso Ruy, *História da câmara municipal da cidade de Salvador* Salvador, Câmara municipal de Salvador, 1953, pp. 152-153.

⁽⁷⁾ *Carta da câmara de Natal ao governador geral, janeiro de 1688*, Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, caixa 65, livro 2, fl. 107v.

⁽⁸⁾ "Carta de Mafias da Cunha para o capitão-mor do Rio Grande", Bahia, 17.9.1687, *Documentos Históricos*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vol. 10, pp. 250-254.

⁽⁹⁾ Para uma narrativa dos conflitos, veja Pedro Puntoni, *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Norte do Brasil, 1650-1720*, São Paulo, Hucitec/Edusp, 2002.

Brasil⁽¹⁰⁾. Para além do desgaste resultante de um longo conflito, fatores internos penalizaram a atividade produtiva, como epidemias, secas e outras calamidades naturais. Segundo Stuart Schwartz, os problemas mais fortes residiam em fatores externos: o crescimento da concorrência interimperial, com a ascensão da produção antilhana e, a partir de 1680, a conseqüente inflação dos preços dos escravos, dado o aumento da procura em África* ⁽¹¹⁾. Neste sentido, a Coroa, que reconhecia agora no Brasil o esteio do Império, procurava uma alternativa para repor as perdas no trato colonial. Expedições ao interior, antes até desencorajadas, passaram a receber apoio e mesmo a ser financiadas pelo governo geral. Exemplo disso foi Afonso Furtado de Mendonça, que chegou à Bahia em 1671 com poderes para estimular a busca de minas e patrocinou várias expedições para liquidar com a resistência indígena nos sertões destinados à pecuária. Este processo implicou num recrudescimento dos atritos com os povos indígenas, em boa parte refugiados nos sertões mais distantes para evitar o contato com os colonizadores. As chamadas "guerras dos bárbaros" são expressão deste processo. Produto do baixo resultado da economia açucareira, a limitada arrecadação fiscal dificultava ainda mais a manutenção da máquina governativa do Estado do Brasil e, em particular, sua dimensão mais onerosa, o aparelho militar. Desde meados do século, as tropas eram sustentadas por uma combinação de esforços, a maior parte dela assumida pela câmara de Salvador. Em julho de 1652, quando foi assinado um "termo de convenção" com o governo geral, a câmara se comprometeu em pagar e sustentar a tropa. Para tanto, alguns rendimentos do fisco foram consignados e destinados a sua administração.

Naquele terrível ano de 1688, tudo estava por se perder. A carestia era resultado também da escassez da moeda, que fluía para o reino e deixava os produtores à mercê dos negociantes. A fome, companheira incomoda, vai impulsionar as vontades e o entendimento dos povos. Como registrou Gregorio de Matos, falando da carestia de 1691: "toda a

a°) Vitorino Magalhães Godinho, "Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro, 1670-1779", in *Idem, Ensaios: II sobre a História de Portugal*, Lisboa, Minerva, 1968, p. 300 ss.

⁽¹¹⁾ Stuart Schwartz, "Introduction", in *Idem* (ed.), *A Governor and his image in baroque Brazil, the funeral eulogy of Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça by...*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1979, pp. 13-17.

cidade derrota / esta fome universal, / uns dão culpa total / à câmara, outros à frota". Culpar implicará, como se vê, tomar partidos, assumir posições, agir com maior ousadia. Em agosto, o senado escreve ao seu procurador em Lisboa, capitão Manuel de Carvalho, alertando para a situação. A "pouca saída do açúcar, que é a total ruína deste estado", não permitia novos encargos, por conta da queda da arrecadação: "não podem os povos consigo, quanto mais com novas contribuições, que certamente se hão de fazer, se nos não alevantarem parte da carga da infantaria". O argumento da câmara revela a tensão presente, e cada vez maior, nos pólos do sistema colonial:

"vosmecê, como procurador deste povo, deve fazer presente a Sua Majestade que não somos vassallos conquistados senão muito obedientes; e que a desgraça de vivermos afastados da Sua Presença não há de ser causa de nos carregarem com o excesso que experimentamos, porque o não merece a fidelidade, o amor e despesa com que assistimos a seu Real Serviço, que não é só o que se assiste de presente senão grandes quantias que se despenderam nas armadas, fortificações e outras muitas despesas e também derramaram nossos antecessores o sangue e custou a muitos as vidas sem mais prémio que o da nossa fidelidade e obediência"⁽¹²⁾.

Os moradores (leia-se a "açucarocracia", isto é, os senhores de engenho e lavradores) percebiam que, como agentes da colonização, se colocavam numa situação cada vez mais subordinada e dependente. Sendo assim, não queriam que sua "obediência" fosse tomada por "submissão", característica dos povos conquistados. Estes eram os indígenas e africanos. Eles, moradores, ainda se viam (ou queriam se ver) como colonizadores e não colonos.

O atraso no pagamento dos soldados era preocupante, mas inevitável. Em outubro, o governador, Matias da Cunha, adoeceu da febre amarela. Com alguma precaução, Bernardo Vieira Ravasco, o secretário do Estado do Brasil, escreveu no dia 22 de outubro ao arcebispo que andava em visita pastoral na freguesia de Cotegipe, dando conta da

⁽¹²⁾ "Carta do senado da câmara de Salvador a Manuel de Carvalho, Salvador, 12.8.1688", *Documentos Históricos do Arquivo Municipal Cartas do senado 1684-92*, Salvador, Prefeitura do Município de Salvador, 1953, vol. 3, pp. 75-76.

situação do governador e pedindo que retornasse⁽¹³⁾. Nesta freguesia, Bernardo tinha um engenho que, há alguns anos, comprara dos herdeiros de Lourenço Cavalcanti, e havia doado a seu filho Gonçalo⁽¹⁴⁾. Apenas no dia 23 percebeu-se a gravidade do estado do governador. Disposto para a morte, como notou Sebastião da Rocha Pita, e preocupado com a ausência de regra clara para a sua sucessão, Mafias da Cunha convocou o senado da câmara e os principais da cidade para que elegessem a pessoa que deveria se ocupar do governo até a manifestação do rei. O arcebispo, frei Manuel da Ressurreição, ainda que ausente, foi escolhido para conduzir o governo militar e político, cabendo a das justiças ao chanceler da Relação, o doutor Manuel Carneiro de Sá⁽¹⁵⁾. Neste delicado momento, os soldados dos dois terços da Bahia⁽¹⁶⁾ se amotinaram e foram ao campo do Desterro. No local, havia uma casa

⁽¹³⁾ "Certidão de d. fr. Manuel da Ressurreição, do Conselho de Estado de Sua Majestade e arcebispo e governador do Brasil, passada na Bahia em 16.06.1690", Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), Coleção Lamego, cód. 63, fl. 21. Veja também Alberto Lamego, *Mentiras Históricas*, Rio de Janeiro, Record, s.d., p. 67.

⁽¹⁴⁾ "Consulta do Conselho Ultramarino, Lisboa, 23.11.1684", Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, documentos avulsos, caixa 27, 3267. Na verdade, Lourenço tinha sido "sogro" de Ravasco. Apesar de nunca se casar, o secretário tivera dois meninos e uma menina, todos naturais, resultado de sua união ilícita com D. Felipa Cavalcanti de Albuquerque, filha de Lourenço Cavalcanti de Albuquerque. Pedro Calmon, *O Crime de Antonio Vieira*, São Paulo, Melhoramentos, 1931, p. 15. Sobre o secretário do Estado do Brasil, que era irmão do padre Antônio Vieira, veja o meu artigo "Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII", in Vera Lúcia Amaral Ferlini e Maria Fernanda Bicalho (org.), *Modos de Governar: idéia e praticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*, São Paulo, Alameda, 2005, pp. 157-178.

⁽¹⁵⁾ Sebastião da Rocha Pita, *História da América Portuguesa desde o ano de 1500 de seu descobrimento até ao de 1724*, (1730), São Paulo, Edusp/Itatiaia, 1976, livro 7, 57.

⁽¹⁶⁾ O primeiro terço de tropas regulares, o da Armada Real, foi criado no Reino apenas em 1618. No Brasil, logo depois da expulsão dos holandeses da Bahia, em 1626, foi formado o primeiro terço de infantaria paga, estacionado em Salvador. Em 1631, criou-se o Terço Novo, em oposição ao Terço Velho; ambos, compostos por pelo menos 800 homens cada. Como resultado das guerras holandesas (1630-1654), foram também criados outros terços "especiais" como o dos negros de Henrique Dias e dos índios de Felipe Camarão. Stuart Schwartz, "A note on Portuguese and brazilian military organization", pp. 173-177; confira ainda Luís

da pólvora, construída pelo governador Roque da Costa Barreto (1678-82)⁽¹⁷⁾. Um relato posterior aos eventos conta que cerca de trezentos soldados "se encontram na casa da pólvora, dizendo que lhe pagassem o que lhe deviam que logo tornariam para as suas bandeiras". O cabeça da alteração era um certo João da Silveira de Magalhães, que havia sido mouro e estava na Bahia servindo como soldado⁽¹⁸⁾. O que reivindicavam era três pagas, ou seja, nove meses de soldos, que lhes eram devidas, para o que davam um dia de prazo à câmara, ameaçando com o saque da cidade.

Bernardo Vieira Ravasco escreveu novamente ao arcebispo explicando que "o governador ficava expirando e a infantaria amotinada"⁽¹⁹⁾. O governo, fragilizado, se acovardou. Na verdade, antecedentes indicavam a solução negociada. As vilas e cidades que sediavam grande quantidade de tropas, o que era especialmente o caso da cabeça deste Estado, viviam à mercê do humor dos soldados, sempre mal pagos e mal alimentados. As dificuldades com os soldos podiam pôr em risco a disciplina militar e tornavam a concentração de soldados na cidade uma situação delicada. A possibilidade de uma revolta estava sempre presente. Como nos informa o historiador Afonso Ruy, no ano de 1638, inquietos com o atraso dos pagamentos, o terço de infantaria da Bahia resolveu lançar um ultimato à câmara: se não fossem pagos os 7.000 cruzados de vencimentos atrasados, em 48 horas, os soldados colocariam a cidade a saque e executariam os camaristas. A solução foi negociada pelo governador, d. Pedro da Silva (futuro conde de São Lourenço), que em sessão extraordinária da câmara pediu que os moradores emprestassem a quantia necessária⁽²⁰⁾. No Rio de Janeiro, em 1660, a chamada Revolta

Monteiro da Costa, *Na Bahia Colonial, apontamentos para história militar da cidade de Salvador*, Salvador, Livraria Progresso, 1958.

⁽¹⁷⁾ José Manuel de Mascarenhas, "Portuguese Overseas Gunpowder Factories, in particular those of Goa (Índia) and Rio de Janeiro (Brazil)", in Brenda J. Buchanan (org.), *Gunpowder, Explosives and the State: a technological history*, Burlington, Ashgate, 2006, p. 188.

⁽¹⁸⁾ "Carta ao Rei", 16.06.1691; e a "carta régia" (inclusa), 1602/1692 in *Documentos Históricos*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vol. 33, pp. 335-337 e p. 442; Sebastião da Rocha Pita, *oh. cit.*, livro 7, 58-60, p. 201.

⁽¹⁹⁾ Alberto Lamego, *oh. cit.*, p. 67.

⁽²⁰⁾ Afonso Ruy, *História da câmara municipal da cidade de Salvador*, Salvador, Câmara municipal de Salvador, 1953, p. 101.

da Cachaça, insurreição contra a fiscalidade e o governo de Salvador Correia de Sá, contou com intensa participação dos soldados em razão do atraso do pagamento dos soldados⁽²¹⁾.

Depois de algumas tentativas dos oficiais em controlar a soldadesca, o arcebispo foi pessoalmente ao campo do Desterro. Segundo Lamego, quando frei Manuel chegou de Cotegipe, no próprio dia 24, o secretário Ravasco já cuidava de arrumar o dinheiro⁽²²⁾. Os cinco mil cruzados foram emprestados da Real Fazenda e distribuídos à tropa. Os amotinados, contudo, não se desarmaram antes de ver, no papel, um perdão assinado pelo moribundo governador e pelo arcebispo, seu sucessor. No dia seguinte, a "bicha" já havia levado Matias da Cunha, e os soldados puderam assistir ao seu enterro na cidade pacificada⁽²³⁾.

A câmara municipal, talvez por excesso de zelo ou leniência, comunicou ao rei em carta do dia 2 de setembro a morte de Matias da Cunha e a providência de se fazer do arcebispo, governador. O motim é relatado de forma superficial - "um motim que havia feito uma parte da infantaria, como pretexto de se fal[tar] com a farda e alguma farinha" - e o desenlace creditado na conta do "grande espírito" de frei Manuel⁽²⁴⁾.

Nos ambientes de fluída soberania - mais extrema na situação de fronteira que era a do mundo colonial - a segurança externa dependia sobretudo da manutenção da ordem interna. Mas era preciso assegurar as condições da fortaleza de Salvador, chave do Brasil. Quando tomou posse Câmara Coutinho, a capital do Estado do Brasil não se mostrava um lugar defensável. Ainda nos tempos do eclipse e do prognóstico do jesuíta Estancel, trabalhava na Bahia um engenheiro vindo de Pernambuco, para a expressa tarefa de "tirar a planta" do sistema defensivo da cidade e propor um projeto de reforma e adaptação. O engenheiro João Coutinho,

⁽²¹⁾ Luciano R. de Almeida Figueiredo, *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*, São Paulo, tese de doutoramento, USP, 1997, p. 32.

⁽²²⁾ Alberto Lamego, *ob. cit.*, p. 67.

⁽²³⁾ Sebastião da Rocha Pita, *ob. cit.*, livro 7, 57 e ss. Há uma "Carta do senado da câmara de Salvador ao Rei, Salvador, 16.12.1689", in *Documentos Históricos do Arquivo Municipal Cartas do senado 1684-92*, Salvador, Prefeitura do Município de Salvador, 1953, vol. 3, p. 91.

⁽²⁴⁾ "Carta do senado da câmara de Salvador ao Rei, Salvador, 2.9.1688", in *Documentos Históricos do Arquivo Municipal Cartas do senado 1684-92*, Salvador, Prefeitura do Município de Salvador, 1953, vol. 3, pp. 77-78.

atendendo ao convite do então governador, D. António Luís de Sousa, o marquês das Minas, veio para Salvador por volta de outubro de 1684. Com grande experiência militar, Coutinho havia estado por alguns anos no Brasil entre 1649 e 1663, na armada da Companhia Geral. Depois disso, trabalhou como ajudante de engenheiro no Alentejo e em Trás-os-Montes. Esteve em Angola, com o governador Francisco Távora por sete meses. Em 1676, foi nomeado engenheiro de Pernambuco, recebendo o soldo de 25\$000 réis por mês e o posto *ad honorem* de capitão da infantaria⁽²⁵⁾.

A cidade de Salvador nascera como uma fortaleza, junto com a criação do Governo geral em 1548. A carta de poder que nomeou Tomé de Sousa, o fez também capitão de uma fortaleza que deveria erguer na baía de Todos os Santos, fundamento de uma cidade que fosse, nas palavras de frei Vicente do Salvador, 'Aorno coração no meio do corpo', donde todas as demais pudessem se socorrer e serem governadas⁽²⁶⁾. O regimento de 1548 é muito claro: el-rei mandara que o governador fizesse "uma fortaleza e povoação grande e forte na Bahia de Todos os Santos, por ser para isso o mais conveniente lugar que há nas ditas terras do Brasil, para dali se dar favor e ajuda às outras povoações, e se ministrar justiça e prover nas coisas que cumprem a [seu] serviço e aos negócios de [sua] Fazenda"⁽²⁷⁾. O sítio escolhido favoreceu a adoção do modelo português de cidade, implantada em acrópole, destinando à cidade alta as funções administrativas e residenciais, e à baixa, o porto. As condições defensivas

⁽²⁵⁾ Sousa Viterbo (org.), *Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros e cosntructores portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, vol. 1, pp. 247-249.

⁽²⁶⁾ "Depois que el-rei soube da morte de Francisco Pereira Coutinho e da fertilidade da terra da Bahia, bons ares, boas águas e outras qualidades que tinha para ser povoada, e juntamente estar no meio das outras capitánias, determinou povoá-la e fazer nela uma cidade, que fosse como coração no meio do corpo, donde todas se socorressem e fossem governadas": Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil* (1627), Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1889, III, 1.

⁽²⁷⁾ "Regimento que levou Tomé de Souza, Governador do Brasil, Almerim 17.12.1548", in Joaquim Romero de Magalhães e Susana Munch Miranda, "Tomé de Souza e a instituição do Governo Geral (1549): documentos", *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, vol. 17,1999, pp. 7-38. Esta é a melhor edição. O documento foi publicado em diversos outros lugares, como, por exemplo, na coletânea de M. C. de Mendonça (ed.), *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*, Rio de Janeiro, IHGB/CFC, 1972, vol. 1, p. 46-47.

eram asseguradas pelo grande desnível entre os dois planos, situados na falha geológica, do lado do mar, e no seu oposto, pelo vale onde havia o Rio das Tripas, tendo sido inicialmente murada. Segundo risco do arquiteto Luiz Dias, a cidade desenvolveu-se no sentido longitudinal, paralelo ao mar, seguindo a linha de cumeada, numa trama de rúas praticamente ortogonal, adaptando-se à topografia do sítio⁽²⁸⁾.

Desde 1638, quando as tropas de Nassau tentaram a sorte na Bahia, a cidade não conhecia uma ameaça real. Na ocasião, avaliando o desentendimento entre Bagnuolo e o governador geral, quando o primeiro se retirou com suas tropas das posições no Sergipe, Nassau preparou suas tropas e esquadra e fez velas do Recife. No dia 16 de abril, passou diante de Salvador para desembarcar os soldados para além de Itapagipe, nas praias de São Brás e da Escada. A retirada estratégica das forças portuguesas levou a defesa da cidade para as trincheiras do norte, mais precisamente para além da porta do Carmo, logo na elevação onde hoje está o forte de Santo Antonio. Mais dentro da terra, o reduto de Luiz Barbalho reuniu as forças que foram decisivas no ataque de 18 de maio, quando os holandeses forçavam a trincheira de Santo Antonio e foram surpreendidos pela retaguarda⁽²⁹⁾. O que ficou claro, na ocasião, era a importância da elevação, dita agora do Barbalho, na defesa dos limites norte da fortaleza. Da mesma forma que o campo do Desterro, o outeiro do Barbalho era uma dessas elevações exteriores aos muros que se prestavam aos movimentos e ao aquartelamento das tropas e permitiam uma posição privilegiada no ataque à cidade. Segundo o historiador João da Silva Campos, no tempo do governo de Alexandre de Souza Freire (1667-1671), as rústicas defesas levantadas pela gente do Barbalho foram melhoradas, ainda que sempre usando-se terra. No governo de Alexandre de Souza Freire, o capitão do mar e guerra João Calmon fora encarregado de reedificar a fortificação em melhor traço e mais segura fábrica⁽³⁰⁾.

⁽²⁸⁾ Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia - IPACB. Salvador, 1999 [CD-ROM]; Thales de Azevedo, *O povoamento da cidade do Salvador, Itapuã*, Salvador, 1969.

⁽²⁹⁾ Francisco Adolfo de Varnhagen, *História das lutas com os holandeses no Brasil*, Salvador, Progresso, 1955 (1871), p. 220 ss..

⁽³⁰⁾ João da Silva Campos, *Fortificações da Bahia*, Rio de Janeiro, Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n° 7,1940, p. 169 ss..

Quando chegou na Bahia, João Coutinho tinha uma enorme tarefa de compreender inicialmente um sistema defensivo complexo, construído de forma pouco ordenada ao longo do século e contagiado por uma cidade cuja força econômica teimava em extravasar seus limites fortificados. Em março de 1685, depois de seis meses de trabalho, de árduo trabalho, o engenheiro de Pernambuco apresentou um plano para a defesa da cidade, circunstanciado em vários papéis: 1) uma planta da praça; 2) uma descrição do terreno, na qual apresenta as razões que o levaram a optar pelo abandono do atual sistema defensivo e pela construção de outro; 3) uma proposta para os novos baluartes e cortinas, com medidas e orçamento da despesa; 4) um papel em que sugeria meios para se conseguir os 30.000 cruzados anuais necessários para dar seguimento à obra. O valor total das obras estava orçado em 1.200.000 cruzados. Os documentos foram encaminhados para Lisboa, com a anuência do governador - que, segundo João Coutinho, apesar de não "professar a ciência da fortificação", o acompanhou como experiente soldado e opinou sobre as soluções encontradas⁽³¹⁾.

O diagnóstico do engenheiro era preocupante. Seu relatório revela que o abatimento da cidade-fortaleza era mais sério do que se pensava. Na praia, ou modernamente, na cidade-baixa, havia uma "grande povoação de casas" que impediam a segurança dos sistemas defensivos, sobretudo enfraquecendo o baluarte de São Francisco. Na circunvalação da cidade, o dique que havia sido feito pelos holandeses ainda em 1625, ao longo do rio das tripas, encontrava-se "todo desalagado e a maior parte dele povoado de hortas"⁽³²⁾. As trincheiras, feitas há mais

⁽³¹⁾ "Papel do engenheiro João Coutinho para o marquês das Minas, Salvador, 30.03.1685" e "Carta do engenheiro João Coutinho a S. M. sobre a fortificação da Bahia, Salvador, 30.04.1685", in Luisa da Fonseca, "Subsídio para a história da Bahia", *Anais do primeiro Congresso de História da Bahia*, vol. 2, pp. 419-427 e 437-438.

⁽³²⁾ A região do limite leste da Fortaleza era, inicialmente, preenchida com estas hortas, que foram alagadas pelos holandeses em 1624 para melhor defender a cidade - como se pode ver na "Planta da restituição da Bahia" do *Atlas do Estado do Brasil coligido das mais certas notícias q pode aiuntar dō Ieronimo de Ataíde*, por João Teixeira Albernaz, cosmographo de Sua Magde, anno 1631, prancha 22. Informação confirmada anos passados por Luiz dos Santos Vilhena, *Cartas de Vilhena, Notícias Soteropolitanas e Brasilícas, por... anotadas pelo prf. Braz do Amaral*, Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1922 (1802), vol. 1, p. 232 ss.

de quarenta anos, precisavam de reparos porque estavam em ruínas, "não causadas pelo tempo, senão feitas pelo povo, por fazerem serventias supérfluas, cortando-as e facilitando a subida por elas, e deixando subir o gado". O crescimento desordenado da cidade era a principal causa do enfraquecimento de sua defesa. No entender de Coutinho, "os moradores da cidade da Bahia fabricaram a povoação na pior forma que se podia fazer para se fortificar; mas como somente tratavam das suas conveniências, se estenderam assim a cidade, em cima como na praia, pela vista do mar, fazendo bem excessivo cumprimento por esta parte e deixando de povoar o grande terreno que há desocupado dentro das trincheiras, e o mais é que se tem feito a maior parte das casas fora das ditas trincheiras, depois delas feitas, sem repararem o dano que nisto faziam a sua própria fazenda"⁽³³⁾. Em razão da dispersão do povoado, para proteger as casas seria necessário construir uma muralha três vezes maior; a um custo que, ao fim e ao cabo, seria pago pelos mesmos moradores. O engenheiro propunha então a construção de uma muralha de quase 8 km de extensão (23.329 pés), a reforma de velhos baluartes e trincheiras, a construção de novas guaritas, de três portas para a cidade e de um novo forte no lugar do outeiro do Barbalho.

Em Portugal, o projeto de Coutinho foi analisado por outros engenheiros. Nas palavras de Luisa da Fonseca, "os pareceres divergem, cada cabeça, cada sentença. Uns achavam melhor fortificar a terra, outros preferiam a fortificação da marinha"⁽³⁴⁾. A carta que o marquês das

⁽³³⁾ "Relação da fortificação da cidade da Bahia de Todos os Santos e da forma em que se devem fazer", pelo engenheiro João Coutinho, Bahia, 30.3.1685, in Luisa da Fonseca, *ob. cit.*, vol. 2, pp. 427-434. Este trabalho traz numerosos documentos transcritos do códice 245 (Registro de cartas régias e avisos ao governador do Brasil e outras entidades sobre diversos assuntos, 1673-1695), da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Veja as fis. 125 ss..

⁽³⁴⁾ O projeto de Coutinho foi analisado pelos seguintes engenheiros: Miguel de Leseóles (Vianna); Manuel Mexia da Silva (Olivença); Antonio Rodrigues de Carvalho (Estremoz); Gregorio Pacheco de Morais (Estremoz); Jerónimo Velho de Azevedo (Almeida); Francisco Pimentel (Lisboa); Manuel Gomes Ferreira (Lisboa); Mateus do Couto (Lisboa); Pedro Correia Rabelo (Lisboa); e João Rodrigues Mouro (Lisboa). Além disso, temos a opinião de Roque da Costa Barreto. Todos estes documentos datam de outubro de 1685 a março de 1686, o que denota o esforço de consolidar rapidamente uma posição sobre as

Minas enviou ao rei, encaminhando os papéis de Coutinho, já contem diversas críticas ao que considera "tão notável despesa"; particularmente quanto à muralha de cal e pedra. Desnecessária, no seu entendimento: "[...] as muralhas, ou sejam de pedra e cal, ou de terra, não são as que seguram as praças, senão seus defensores". O governador acreditava que o correto era reparar o que se podia reparar, para poder aplicar o dinheiro no sustento das tropas, ampliado o seu numero para além daquele mantido pela Câmara. Concedia que a fortaleza do morro, isto é, na elevação do Barbalho, fosse conservada e expandida, "por ser de areia e importantíssima para a conservação desta praça, para estar a qualquer hora capaz de as armas de vossa majestade darem felicíssimas vitórias de qualquer poder que a invadir"⁽³⁵⁾. Da mesma forma, se os engenheiros divergem nos seus pareceres, preocupados com os custos e a eficácia de cercar inteiramente a cidade-fortaleza, acabam todos concordando com a necessidade de fazer o novo forte, como foi desenhado no outeiro do Barbalho.

Passados cerca de seis anos, esta era a opinião do secretário do Estado do Brasil, Bernardo Vieira Ravasco. Em um papel datado de 10 de junho de 1693 com o título de "Discurso primeiro sobre a fortificação da Bahia", ele procura sustentar que "a fortificação, de que mais breve, e precisamente, necessita a Bahia é, de um Forte Real de Torrão na eminência que chamam do Barbalho". No seu entendimento, se o inimigo a ocupasse, o que poderia fazer sem resistência, logo ficaria condenado o Forte de Santo Antônio. Aquela elevação era decisiva, na medida em que ela "domina toda a cidade e Armazém da pólvora, que está fora dela, a eclusa do primeiro Dique, [...] o Vale das Flortas do Carmo". O engenheiro Coutinho teria exagerado na busca de uma "elegância da obra". Os muros não eram tão importantes, uma vez que a fortificação da praça devia-se concentrar em impedir que o inimigo, que podia saltar em qualquer praia, se aproximasse e, sobretudo, se aquartelasse nas redondezas da cidade. Era preciso ter condições de "detê-lo antes a

prevenções necessárias. Os documentos foram todos publicados por Luisa da Fonseca, *ob. cit.*, vol. 2, pp. 410-454.

⁽³⁵⁾//Carta do marquês das Minas para o rei, com as planta da fortificação da Bahia e mais papéis que fez o engenheiro João Coutinho", Bahia, 5.5.1685, in Luisa da Fonseca, *ob. cit.*, vol. 2, pp. 427-438-442.

todo o risco em uma Campanha, que ignora, em diverso clima do seu"⁽³⁶⁾ 37. Sua opinião era abalizada. Afinal, conforme sua folha de serviços, estivera "no sítio em que o conde de Nassau pôs àquela cidade, nos dois assaltos que lhe deu e emboscadas que se lhe fizeram em que assinalou ajudando a matar e aprisionar muitos holandeses de cujos recontros ficou muito mal ferido na mão esquerda de uma *alcanzia*⁽³⁷⁾ de fogo". Segundo Barbosa Machado, o ferimento se deu justamente no assalto das trincheiras do Forte de Santo Antonio⁽³⁸⁾.

Ainda segundo a opinião de Ravasco, além da fortificação do Barbalho, outra "chave" para a defesa de Salvador era o forte de Morro de São Paulo, ao sul do Recôncavo. Nas suas palavras, "a Fortaleza do Morro de São Paulo, que dista 12 léguas por mar da cidade, é a outra chave da Bahia; porque se o inimigo a render, lhe proibirá todos os mantimentos que vem daquelas vilas, e será inconquistável, se o fortificar"⁽³⁹⁾. Como mostrou Vilhena, entre os anos de 1626 e 35 o governador Diogo Luiz de Oliveira teria estabelecido uma companhia de infantaria em uma fortaleza, erguida na ocasião, no Morro de São Paulo. A necessidade de se fortificar esta posição havia sido determinada justamente quando da recuperação da Bahia em 1625. Consta que Diogo Luiz, receoso de perder aquela posição aos inimigos, foi pessoalmente à região e convocou os oficiais das câmaras de Cairu, Camamú e Boipeba. Seu argumento era de que a fortificação do morro era essencial para a defesa das vilas ao sul do Recôncavo e que o sustento desta tropa, em razão das dificuldades da Fazenda real, devia estar a cargo dos povos das vilas. O que as câmaras aceitaram, tal como Salvador havia feito em 1652 para o sustento dos dois terços da Cidade. Esta finta, que seria pesadíssima na opinião de

⁽³⁶⁾Bernardo Vieira Ravasco, "Discurso primeiro sobre a fortificação da Bahia", Salvador, 10.6.1693, Biblioteca Pública de Évora, Códice CV / 1-17, "Obras Várias MSS", fis. 309v-313v.

⁽³⁷⁾Projétil de barro cheio de matérias inflamáveis e explosivas que se lançava, como se fora uma granada, contra o inimigo.

⁽³⁸⁾Bernardo Vieira Ravasco, mercê do ofício de Secretaria de Estado e Guerra do Brasil, 13.04.1663, ANTT, CM, d. Afonso VI, livro 6, fis. 111v-112v e Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana histórica, crítica e cronológica...*, Lisboa, na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741, vol. 1, p. 538.

⁽³⁹⁾Bernardo Vieira Ravasco, "Discurso primeiro sobre a fortificação da Bahia", Salvador, 10.6.1693, Biblioteca Pública de Évora, Códice CV / 1-17, "Obras Várias MSS.", fis. 309v-313v.

Vilhena, acabou suspensa no ano de 1734⁽⁴⁰⁾. As obras de fortificação desta fortaleza teriam se iniciado em 1630 e Nassau, quando atacou a Bahia, encontrou-a ainda inacabada. Sua guarnição compunha-se de três oficiais, dois sargentos e cem soldados. Tal guarnição só seria efetivada pelo conde de Óbidos, d. Vasco Mascarenhas, no ano de 1664. Mais precisamente em primeiro de agosto daquele ano, foi criado um presidio no morro, ou seja um quartel, e nomeado um capitão para aquela companhia como comandante deste presidio⁽⁴¹⁾.

O papel do forte no Morro de São Paulo é mais resultado da importância da zona produtora de alimentos, ao sul do Recôncavo, do que como ponto estratégico para a defesa da Baía e de Salvador. Consenso desde o século XVI, a Bahia de Todos os Santos era, em si, indefensável. Muito ao contrário da Baía de Guanabara, com sua estreita entrada. A fortificação do Morro, como se vê, era importante para a defesa do sistema de abastecimento da Cidade e do seu entorno. Na Bahia, no início do século XVII, havia se estruturado uma divisão regional que fixou as zonas produtoras de mantimentos, liberando o Recôncavo para a produção de açúcar. A facilidade do transporte e da fixação dos engenhos nas margens da Bahia e dos rios afluentes, somadas à conjuntura internacional extremamente favorável ao açúcar, implicava numa especialização que tornaria ainda mais aguda as crises de abastecimento, seja nas próprias fazendas do Recôncavo ou, pior ainda, na cidade de Salvador. Se as vilas de Boipeba, Cairu e Camamu estavam obrigadas a sustentar esta fortificação do morro de São Paulo, participavam também do sustento das tropas em Salvador. Para enfrentar o problema do abastecimento da Cidade, a câmara de Salvador estabeleceu, em 1652, um contrato com as três vilas da capitania de Ilhéus, ao Sul do Recôncavo. Este contrato estabelecia que os lavradores de Boipeba, Cairu e Camamu trabalhariam para o fornecimento de farinha, principalmente para as tropas. Este contrato, chamado de "conchavo da farinha", estipulava uma quantidade mínima de farinha a ser entregue e tabelava o seu preço.

⁽⁴⁰⁾Luiz dos Santos Vilhena, *ob. cit.*, vol.I, pp. 251-252.

⁽⁴¹⁾João da Silva Campos, *ob. cit.*, pp. 169-169. Segundo Campos, o presidio do Morro de São Paulo era lugar de degredo dos moradores da Bahia sentenciados pelo tribunal da Relação.

Apesar de formalmente ser feito entre as câmaras de Salvador e das três vilas, era regulado e controlado pelo governo geral⁽⁴²⁾.

No ano em que Ravasco escrevia, 1693, a grande preocupação dos portugueses com a defesa de Salvador era relativa à posição da França. Apesar de distante dos conflitos da Guerra da Liga de Augsburg (1688-97), a situação de Portugal era delicada. Nos anos que seguiram a Restauração, a proximidade com a Inglaterra era decisiva para a manutenção da autonomia portuguesa. A influência francesa, forte no reinado de D. Afonso VI, fomentada pelo valido Castelo Melhor, diminuíra com a ascensão ao poder de D. Pedro. A paz com a Espanha, em 1668, contrariava os interesses de Luís XIV. A iniciativa de D. Pedro, primeiro como regente depois como rei, em manter o reino alheio às disputas européias, fora um sucesso - pago ao custo da aliança inglesa. A política de neutralidade avizinhava-se de um esgotamento. Com a morte da rainha, Maria Francisca Isabel de Sabóia, em 1683, e o casamento de D. Pedro II com Maria Sofia de Neuburg, a filha do Eleitor Palatino, a monarquia portuguesa voltava-se para o Império e rejeitava uma maior aproximação com a França⁽⁴³⁾. Em janeiro de 1693, havia retornado de Londres a viúva de Carlos II, a rainha Dona Catarina, irmã de D. Pedro II. As vitórias francesas na Europa, sustentadas por um poderoso exército e armada, indicavam que era preciso que Portugal prevenisse as defesas dos principais portos do Império.

⁽⁴²⁾ Pedro Puntoni, "O conchavo da farinha: espacialização do sistema econômico e o Governo Geral na Bahia do século XVII", trabalho apresentado no IV Congresso de Pós-Graduação em História Econômica, São Paulo, USP, 4.9.2008. Veja também o importante trabalho de Wolfgang Lenk, *Guerra e pacto colonial: exército, fiscalidade e administração colonial da Bahia (1624-1654)*, Campinas, Tese de doutoramento, UNICAMP, 2009.

⁽⁴³⁾ Rafael Valladares, *A independência de Portugal: guerra e restauração, 1640-1680*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2006, p. 341 ss.; A. FL de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Lisboa, Palas Editores, 1994, vol. II, pp. 348-349; António Álvaro Dória, "Relações com a França", in foel Serrão (org.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, vol. II, pp. 290-292. Sobre a "política de neutralidade", a intensificação da concorrência entre as potências européias e seu reflexo no mundo colonial, veja o capítulo primeiro do livro de Fernando Novais, *Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*, São Paulo, 1978, pp. 17-56.

É neste contexto que Ravasco opina, interessado em conseguir apoio para seu plano de prevenção, que a Bahia haveria "de ser o primeiro emprego de suas armas", isto é, da França. Em outro papel, conexo ao "Discurso primeiro sobre a fortificação da Bahia" e datado do mesmo dia, o secretário de Estado do Brasil indica qual devem ser as "Prevenções militares para a defesa da Bahia". Com efeito, somente na conjuntura da Guerra de Sucessão de Espanha, passados alguns anos, é que a França significaria um perigo real. Contudo, é interessante perceber as preocupações para a fortificação dos portos principais do império e, no nosso caso particular, da cidade da Bahia. Neste segundo papel, Ravasco sugere algumas medidas para a preparação do Brasil a uma possível invasão francesa. Além de demandas concretas de pólvora, mosquetes, artilharia, soldados... o secretário explicava que era necessário atentar para a fortificação da Cidade. Para tanto, aconselhava o envio de novos engenheiros, com o intuito de fortificar o Morro e fabricar o Outeiro do Barbalho, as duas chaves da Bahia⁽⁴⁴⁾.

Estas obras ainda esperariam décadas para serem realizadas. A fortificação no Morro de São Paulo estaria pronta apenas no tempo do vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses, que em 1731 pedia que enviassem de Portugal os bronzes porque uma "obra de pedra e cal sem artilharia é um corpo desanimado"⁽⁴⁵⁾. O Forte do Barbalho seria inaugurado, em pedra e cal, somente no governo de André de Melo e Castro, no ano de 1736. A prioridade fora dada aos Fortes de São Pedro e de São Marcelo⁽⁴⁶⁾. Os recursos seriam em parte arrecadados, em parte gastos, em parte insuficientes. Denúncias de fraudes, furtos e descaminhos indicam a leniência dos governos e a incapacidade da Coroa em corretamente prevenir a fortaleza de Salvador⁽⁴⁷⁾. Nenhum problema imediato. Para já,

(44) Bernardo Vieira Ravasco, "Prevenções militares para a defesa da Bahia, e Estado do Brasil", Salvador, 10.06.1693, Biblioteca Pública de Évora, Códice CV/1-17, "Obras Várias MSS.", fis. 313v-319. Este manuscrito foi publicado em um folheto por Alberto Silva, *Um documento inédito sobre as fortificações da cidade do Salvador*, Bahia, Centro de Estudos Bahianos, n. 12, março de 1952.

(45) "Consulta do Conselho Ultramarino, Lisboa, 25.6.1732", in *Documentos Históricos*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vol. 90, pp. 59-60.

(46) Mário Mendonça de Oliveira, *As Fortalezas e a Defesa de Salvador*, Brasília, IPHAN, 2008, p. 164.

(47) Veja, por exemplo, a Carta régia de 17.01.1701, na qual o provedor-mor é instado a examinar as denúncias de furtos e descaminhos no contrato para os



FONTE: Amédée François Frezier, 1682-1773, "Plan de la Baye de tous les Saints située a la Côte du Brésil par 13d. de lat. Australe", in *Relation du Voyage de la Mer du Sud aux côtes du Chily et du Pérou, fait pendant les années 1712, 1713 & 1714* / par M. Frezier, Ingenieur Ordinaire du Roy. - A Paris: Chez Jean-Geoffroy Nyon, Etienne Ganeau, Jacque Quillau, 1716 - Planche XXXIII, [entre p. 270-271]/Biblioteca Nacional Digital de Portugal <http://purl.pt/103/1/catalogo-digital/registo/192/192.html>

os franceses não atacariam a Bahia. Em 1710 e 1711, Duclerc e Duguay-Trouin tentariam a sorte na cidade do Rio de Janeiro, mais interessante com a riqueza derivada do ouro do sertão* (48). As minas no sertão de São Paulo, e o redirecionamento da circulação por meio do porto do Rio de Janeiro, redesenharam a geografia da colonização portuguesa na América. Quando as fortalezas ficaram prontas, a Bahia já havia deixado de ser a chave do Brasil.

reparos nas fortificações de Salvador. Cf. *Documentos Históricos*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vol. 84, p. 94.

(48) Sobre as invasões francesas no Rio de Janeiro, veja, entre outros, Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, São Paulo, Melhoramentos, 1975 (1857-60), vol. 3, p. 287 ss; Alberto Lamego, "As Invasões francesas no Rio de Janeiro, Duclerc e Duguay-Trouin, 1710-1711", *Anais do IV Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, vol. 6, 1950, pp. 115-249; e, mais recentemente, Maria Fernanda Baptista Bicalho, *A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2003, p. 268 ss. Fiz uma síntese no capítulo "Lutas ao Sul do Brasil (1680-1777)", publicado no livro coordenado por António Manuel Hespanha: *Nova História Militar de Portugal* (dir. de M. T. Barata e N. S. Teixeira), Lisboa, Círculo dos Leitores, 2004, vol. 2, pp. 307-316.